

SAINDO DO ARMÁRIO, MAS NÃO SAINDO DA NORMA

Emerson Granja de Araújo Lacerda¹

RESUMO

A metáfora da saída do armário ainda é comumente utilizada quando se quer fazer referência de um indivíduo que rompe com a heterossexualidade, ou melhor, quando esse indivíduo assume uma identidade sexual distinta da heterossexual. Entretanto, a saída do armário ou a identificação com um modo de vida distinto do, já dito, heterossexual pode implicar em novos “armários” identitários que possivelmente reafirmariam, ou melhor, chancelariam a reiteração da norma. Deste modo, o presente escrito procura problematizar, a partir dos estudos *queer*, a saída do armário e a reinserção do indivíduo em novos - ou os mesmos - enquadramentos normativos heterossexuais. Provoca, por fim, o leitor a pensar uma perspectiva pós identitária, a partir dos teóricos *queer*, para uma possível ação política e, conseqüentemente, o estabelecimento de outros modos de ser.

Palavras-chave: estudos *queer*, enquadramento normativo, norma, política pós identitária.

Estudos *queer* entram em cena

Durante e após a década de 1960, período que ficou denominado de “revolução sexual”, uma onda contestatória se instalou nos circuitos acadêmicos, políticos e no ativismo social. Conhecido como movimento de contracultura, almejava-se problematizar o discurso hegemônico até então presente. Essa onda contestatória veio a galope nos, então, novos movimentos sociais. Miskolci (2015) salienta três desses “novos” (as aspas são do autor) movimentos sociais: movimento pelos direitos civis da população negra no sul dos Estados Unidos, segunda onda do feminismo e movimento homossexual. É bem verdade que esses movimentos tinham anseios distintos e baseavam seus ideais na particularidade de suas pautas, porém importa considerar que, apesar das distinções, ora ou outra os interesses se aproximavam ou se distanciavam, havendo, assim, cruzadas acadêmicas e políticas em seus discursos. Afetos ou não, os estudos *queer* surgem dessa tensão e, por essa razão, serão destacados aqui os elementos que auxiliaram na formação dessa teoria. Teoria essa que está bastante presente no atual cenário político e acadêmico em boa parte dos países ocidentais.

Essa onda contestatória colocou em questão elementos, discursos, saberes e autoridades até então não problematizados. A partir de Foucault - através de sua genealogia da

¹ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Penal e Criminologia. Professor vinculado à Uninabuco-Paulista-PE. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco. E-mail: emerson.granja@hotmail.com

confissão, da constatação de que a sexualidade é um constructo histórico e que tem em seu bojo um caráter regulatório, além da formação de campos de saberes fincados em “jogos de verdade” - foi colocada em marcha uma reviravolta no curso da ação política, da cultura e nos modos de vida. Com gancho nessas análises foucaultianas – além de uma outra gama de estudos e teorias ofertados pelos estudos feministas, gays, lésbicos, filosóficos, políticos, o pós-estruturalismo, a psicanálise, bem como outros campos de conhecimento – uma constatação se impôs: a existência de um regime de normalização dos modos de vida e de se relacionar está em voga há bastante tempo na sociedade ocidental.

Na contramão da normalização, os “novos” movimentos sociais começaram suas investidas na tentativa de pôr por terra o sistema estabelecido. “De forma geral, esses movimentos afirmavam que o privado era político e que a desigualdade ia além do econômico” (MISKOLCI, 2015, p. 22). Nesse contexto, os estudos *queer*, então, tem suas origens em diversos países, conforme Miskolci (2015, p. 22) destaca:

Intelectualmente, esse impulso crítico inicial originou obras acadêmicas dispersas em vários países, como o Brasil, a França e os Estados Unidos. Dentre os precursores da Teoria Queer, é importante citar Guy Hocquenghem, pensador francês que, no início dos anos 1970, publicou *Le désir homossexuel* (O desejo homossexual), um livro sobre o papel do medo da homossexualidade na definição da ordem político-social do presente e alguns artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin, em especial seu ensaio *Thinking Sex* (Pensando sobre o sexo, 1984).

Mas é só na metade dos anos 1980 que essa teoria ganha mais força, principalmente com o aparecimento da epidemia da aids que colocou essa doença não só como questão de saúde pública como, também, denotou uma construção social daí decorrente, à época. O movimento homossexual e os *queer* se posicionaram, cada qual, de forma específica e, o que ficou caracterizado nos meios acadêmicos e do ativismo homossexual americano, é que eram pautas que se chocavam. Assim, foram recepcionados e colocados como antagônicos.

Enquanto o movimento homossexual procurou demonstrar que os homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, havendo, pois, uma certa moralização nesse apelo, além de um pedido de assimilacionismo ao regime posto, já que a agenda era toda fincada no modelo heterossexual construído, a pauta *queer* se alicerçou naqueles(as) que não seriam, ou melhor, não são contemplados(as) por essas demandas do movimento homossexual. “Alguém atento percebe como a problemática *queer* não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção” (MISKOLCI, 2015, p. 24). Ainda para Miskolci (2015, p. 24) “a abjeção, em termo

sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade”. Logo, o alvo da teoria *queer* é ir além de apenas traçar uma linha demarcatória em que há de um lado a heterossexualidade e do outro a homossexualidade, discurso esse que pede reconhecimento e grita pela existências de identidades (importa destacar que o “ir além” não quer desqualificar ou diminuir o ativismo LGBT que tanto já avançou e tantas brigas já travou, mas sim tentar mostrar que é possível alargar mais as fronteiras e problematizar o debate binário do “sou ou não sou”). Esse binarismo não dá conta da pluralidade que as sexualidades e as identidades humanas perpassam. Há uma fluidez e uma contingência que coloca em xeque o regime de normalização das subjetividades².

De posse dessa breve explanação sobre os estudos *queer*, é elementar discutir de que forma essa teoria trabalha a temática da sexualidade e o enquadramento normativo, utilizando, para tanto, a metáfora da saída do armário a partir, também, do viés teórico trabalhado por Sedgwick (2007): epistemologia do armário. Aponta-se, neste caso, o possível equívoco que pode ocorrer no ato de reconhecimento ou de “se assumir” vinculado a uma identidade sexual (a saída do armário) e a repetição do padrão normativo dentro dessa nova identidade (reinscrição na norma). No último momento, apresenta-se uma perspectiva pós-identitária a fim de se abordar as possíveis saídas que os teóricos e teóricas *queer* dão para uma sociedade que lidaria com uma educação da diferença e não normalizadora, conforme Miskolci (2015), e lidaria com *multidões* de diferentes e não minorias sedentas pelo reconhecimento de suas identidades.

2 A saída do armário e a reinscrição na norma

Leandro Colling (2015, p. 30), em sua obra intitulada *Que os outros sejam o normal*, suscita alguns questionamentos:

Por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das

² Miskolci (2015, p. 25) apresenta uma síntese dos discursos do movimento homossexual e da teoria *queer*: “Em resumo, o antigo movimento homossexual denunciava a heterossexualidade como sendo compulsória, o que podia ser também compreendido como uma defesa da homossexualidade. O novo movimento *queer* voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro do qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo. O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo”.

instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais?

Ao lançar tais questões, inclusive na primeira pessoa do plural, o teórico coloca um grupo ou pessoas que se reconheçam a partir dessa problematização em um lugar à margem de um suposto local objetivado, ou melhor, referenciado. A existência desse *locus* está denunciada nesse escrito enquanto regime de normalização das subjetividades ou pode receber outra denominação, como, por exemplo, quadro de referência heterossexual, regime de verdade, compulsoriedade da heterossexualidade. Deixando de lado a denominação desse efeito, o que importa trazer à tona é que há uma linha demarcatória das sexualidades em que – desde a especificação da homossexualidade no final do século XIX denunciada por Foucault (1988) – acredita-se que as sexualidades carregam um caráter binário onde se é heterossexual ou não se é. Na tentativa de pôr por terra esse discurso, os estudos *queer* entram em cena com uma das obras mais elementares para tais estudos: *A epistemologia do armário*, de Eve Sedgwick (2007).

É bem possível que as mesmas indagações feitas por Colling (2015) conduziram Sedgwick (2007) na feitura daquela obra. Para tanto, ela parte da polêmica decisão proferida no caso *Bowers contra Hardwick*³, além de outros exemplos de narrativas literárias, biográficas e imaginárias para demonstrar a tensão entre o público e o privado, bem como entre o segredo e a revelação existentes na cultura americana na segunda metade do século XX. Sedgwick (2007, p. 26) argumenta que:

Grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do século XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação distintivamente indicativa entre homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da

³ “No condado de Montgomery, Maryland, em 1973, um professor de ciências da terra da oitava série chamado Acanfora foi transferido para uma posição sem funções de ensino pelo Conselho de Educação quando ficaram sabendo que ele era gay. Quando Acanfora falou sobre sua situação para telejornais, como 60 Minutes e Public Broadcasting System, teve negada a renovação de seu contrato. Acanfora entrou com um processo. A corte distrital federal que primeiro ouviu seu caso deu apoio à ação e ao argumento do Conselho de Educação, afirmando que o recurso de Acanfora à mídia atrairia atenção indevida sobre ele e sobre sua sexualidade, num grau que seria danoso ao processo educacional. A Quarta Corte de Apelação discordou. Consideraram que a exposição pública de Acanfora era discurso protegido pela Primeira Emenda. Embora tivesse derrubado o argumento da instância inferior, a Corte de Apelação confirmou, porém, a decisão de não permitir que Acanfora retornasse ao ensino. De fato, negou a Acanfora o direito de entrar com o processo, com base em que ele deixara de registrar, em sua primeira candidatura ao emprego, que, na universidade, fora dirigente de uma organização homófila estudantil – registro este que teria impedido que ele fosse contratado, conforme admitiram à Corte alguns dirigentes da escola. O argumento para manter Acanfora fora da sala de Aula, assim, não era mais que ele revelara demais sobre sua homossexualidade, mas o oposto, que ele não revelara o suficiente. A Suprema Corte recusou o recurso” (SEDGWICK, 2007, p. 24).

revelação, do público e do privado, que eram e são criticamente problemáticos para estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo. (...) O “armário” e “a saída do armário”, ou “assumir-se”, agora expressões quase comuns para o potente cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras.

O segredo e a revelação, assim, são componentes das subjetividades do(a) sujeito(a) ocidental. Tal argumento torna-se irrefutável, tendo em vista que a técnica da confissão e o relato de si mesmo(a) dão cadência e mantêm vigoroso o ato de revelar uma verdade buscada, almejada, especificada, discriminada durante boa parte da história ocidental. Desse modo e no contexto da sexualidade, o “armário” protagoniza um papel crucial na condução dos modos de vida, da cultura, da política e na formação de saberes durante todo século XX. “O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (SEDGWICK, 2007, p. 26) e não por acaso esse mesmo armário carrega uma epistemologia em seu cerne, já que “sexo e conhecimento se tornaram conceitualmente inseparáveis”, conforme destaca Sedgwick (2007, p. 29) lendo *A vontade de saber* de Foucault (1988).

A “saída do armário”, assim, tem um potencial transformador. Não que isso tenha efeitos tão somente benéficos, é necessário, pois, problematizar para onde aponta o(a) indivíduo(a) que “se assume” e em que contexto esse “assumir-se” está inserido. “A autora mostra como o armário é um regime de conhecimento marcado por um falso dilema entre estar dentro ou fora, pois de uma maneira ou de outra se mantém enredado em certas relações de poder” (MISKOLCI, 2011, p. 54). Problemático ou não, Sedgwick (2007, p. 35) revela que a saída do armário “pode trazer a revelação de um desconhecimento poderoso como um ato de desconhecer, não como um vácuo ou o vazio que ele finge ser, mas como um espaço epistemológico pesado, ocupado e consequente”. Em outras palavras, o(a) indivíduo(a) não revelado(a) ou não confessado(a), ou melhor, o(a) não “assumido(a)” não está ocupando um espaço acrítico ou reduzido ao vazio cultural, social e político. Esse local é carregado de uma presunção em que todos(as) se coadunam ao regime de normalização ou à imposição da norma heterossexual. Por conseguinte, a violência é refletida ao se traçar uma linha demarcatória entre os(as) “assumidos(as)” e os(as) não assumidos(as).

Sedgwick (2007) detalha, ainda, a formação da categoria nominativa homossexual após a metade do século XX em que “a saída do armário” articulou o movimento social e inseriu os homossexuais em uma experiência comum de identidade e de sexualidade. A figura

de uma identidade gay, em que se tem “orgulho” de ser gay, surgiu apresentando enormes custos políticos, sociais e culturais para as gerações vindouras.

Questionar a auto-evidência natural dessa oposição entre gays e héteros como tipos distintos de pessoas não é, porém, desmanchá-la. Talvez ninguém devesse querer fazê-lo. Grupos substanciais de mulheres e homens nesse regime de representação descobriram que a categoria nominativa “homossexual”, ou seus quase-sinônimos mais recentes, tem um poder real de organizar e descrever sua experiência de sua própria sexualidade e identidade, de modo suficiente para fazer com que sua auto-aplicação dela (mesmo que apenas tácita) seja, pelo menos, digna dos enormes custos que a acompanham (SEDGWICK, 2007, p. 43).

Um dos efeitos imediatos da formação do movimento “ontologizante” foi a de um possível binarismo, em que acreditava-se/acredita-se que existia/existe uma maioria “heterossexual” e uma minoria “homossexual”. Esse movimento de liberação gay se deu no pós-Stonewall e reverberou em toda cultura e países do ocidente. Uma intensa valorização da “saída do armário” foi colocada em voga, bem como “uma valorização mais alta da identidade gay e da comunidade gay” (SEDGWICK, 2007, p. 46). A consequência, conforme denúncia feita pela teórica, foi colocar o grupo homossexual em local de minoria, reiterando, assim, o discurso universalizante que daí decorre:

Tem a visão minoritarista de que há uma população diferenciada de pessoas que “são realmente” gays. Ao mesmo tempo, mantém as visões universalizantes de que o desejo sexual é um solvente poderoso e imprevisível de identidades estáveis; de que pessoas e escolhas de objetos aparentemente heterossexuais são fortemente marcadas por influências e desejos em relação ao mesmo sexo, e vice-versa; e de que pelo menos a identidade heterossexual masculina e a cultura masculinista moderna podem requerer, para sua manutenção, a cristalização, como bode expiatório, de um desejo masculino pelo mesmo sexo que é disseminado e, primordialmente, interno (SEDGWICK, 2007, p. 47).

Essa articulação do movimento homossexual à época na tentativa de demonstrar uma possível identidade homossexual não se deu por acaso. “Tais ideais tinham apelo para uma juventude de classe-média ou alta, branca e universitária que colhia – primeiro e melhor – os resultados da despatologização e descriminação da homossexualidade nos países centrais” (MISKOLCI, 2011, p. 47). Esse movimento homossexual apoiou-se no discurso da especificação da homossexualidade construído pelos saberes médico-psi - analítica feita por Foucault (1988), conforme visto -, já que a homossexualidade tinha se tornado uma espécie, o ativismo se utilizou dessa estratégia para, então, fortalecer uma possível identidade

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

homossexual/lésbica. Esse movimento ficou marcado pela possível ação política que as identidades sexuais assumiam: as estratégias das identidades sexuais. Porém, outra vertente crítica ficou atenta às possíveis falhas que daí pudessem decorrer. Todos esses acontecimentos se deram na década de 1970, após a revolução sexual.

Com a epidemia da aids/HIV nos anos 1980, uma reviravolta política, cultural e social eclodiu. A denominada “peste gay” não se limitou às análises da área médica e passou a traçar outros caminhos para os modos de vida e a “estética da existência gay”. O governo conservador de Ronald Reagan nos Estados Unidos e sua recusa em tratar o assunto como de ordem pública fomentaram ainda mais o processo de divisão entre o ativismo gay e lésbico e os *queer* – que só futuramente se denominariam assim. Dito de outro modo, “é a partir da aids que a política queer emerge como contraponto crítico em desacordo com o movimento gay e lésbico estabelecido em seu esforço de se adequar a padrões normativos” (MISKOLCI, 2011, p. 49).

Nessa senda, a epidemia da aids/HIV provocou uma nova repatologização da homossexualidade, causando efeitos normalizadores e impondo mais um regime de diretriz e tratamento da questão, não se limitando a área da saúde, mas refletindo no cultural, político e social⁴. Para Miskolci (2011, p. 50):

O dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo.

É nesse cenário que surge a radicalidade da política *queer*⁵, já que a reestruturação do regime de normalização teve, a partir da epidemia da aids/HIV, novos contornos e o ativismo homossexual e lésbico traça uma pauta na tentativa de romper com o ideal “repressor”. Entretanto importa problematizar a ideia de “repressão”, já que estaria de encontro com a ótica foucaultiana. Com sua analítica de poder, Foucault (1988) observa que o poder não está localizado em uma esfera, é possuído por um ente, dominado por um determinado grupo ou

⁴ Para melhor explanação, ver *O que é Aids*, de Nestor Perlongher (1987).

⁵ “Em paralelo com as manifestações políticas queer, emergia uma vertente teórica que se distanciou criticamente dos movimentos gay e feministas tradicionais e foi “batizada” por Tereza de Lauretis como Teoria Queer, em 1991, durante um evento na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Segundo o sociólogo Steven Seidman, a linha queer buscou mudar o foco dos estudos sobre homossexualidade ou sobre homossexuais para questões suscitadas pelo binarismo hétero/homo, sublinhando sua centralidade como princípio que organiza a sociedade contemporânea. Além disso, a Teoria Queer propôs uma atenção mais crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (MISKOLCI, 2011, p. 52).

Estado, ou melhor, o poder não é algo que se possui. “Trata-se, portanto, de um poder que não se exerce sobre um território, mas sobre uma multiplicidade de indivíduos, velando sobre cada um deles em particular” - é o que Roberto Machado, na introdução da obra *Microfísica do poder* de Foucault (2012, p. 31), apresenta. O poder, nesse sentido, é relacional, histórico e culturalmente variável, logo, a ideia de combater um poder heterossexual cai por terra. A tendência liberacionista, em que o feminismo e o movimento homossexual das décadas de 1960 e 1970 se estruturou, nesse aspecto, não dão conta de abarcar a ação política e os rumos em que o corpo social se inscrevia. Miskolci (2015, p. 28), então, diz que “a nova política de gênero começa a modificar essa forma de conceber a luta política e apontar como é a cultura e suas normas que nos criam como sujeitos”.

Essa analítica do poder deu maior subsídio para os estudos *queer* rebaterem a possível “repressão” que a heterossexualidade causaria. A heterossexualidade, enquanto regime de verdade, é compreendida não como um poder a ser destruído e destituído, mas sim enquanto regime de normalização que disciplina os modos de vida, vida esta que se insere nas teias microfísica do poder relacional, cultural e contingente.

Essa nova onda dos movimentos sociais problematiza a cultura e a imposição social de normas e convenções culturais que, de forma astuciosa e frequentemente invisível, nos formam como sujeitos, ou melhor, nos assujeitam (MISKOLCI, 2015, p. 29)

Os estudos *queer* demonstram que a política assimilacionista da identidade gay e lésbica só reforça o regime normalizador e reinscreve mais uma vez uma ação possível de violência e discriminação. A violência homofóbica, neste caso, será mais sentida e dirigida àqueles(as) que não conseguem, não querem ou não podem ser assimilados pelo regime de verdade posto. Logo, a política *queer* olhará mais atentamente ao problema da vergonha, da abjeção, do estigma e da discriminação.

O *queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das convenções culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais”. Quer alguém seja completamente ajustado e reconhecido socialmente, quer seja alguém marcado, humilhado, as normas e convenções operaram sobre os dois e ambos são capazes de reconhecê-los. Claro que os humilhados e ofendidos, os relegados à vergonha e à abjeção, sofrem mais e são os que denominamos esquisitos, mas não é tão raro, em nossos dias, encontrar pessoas que mesmo dentro dos modelos socialmente impostos reconheçam seu caráter compulsório, violento e injusto (MISKOLCI, 2015, p. 26-27).



Por essa razão os estudos *queer* dirigem suas críticas ao regime normalizador denominado de heteronormatividade. A heteronormatividade é entendida enquanto regime de visibilidade, “modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam” (MISKOLCI, 2015, p. 44). Esse regime está fundado em uma política de humilhação, do rechaço social, da abjeção àqueles(as) que performatizam, vivenciam, experienciam práticas, identidades, desejos e sexualidades distintas das já dadas anteriormente pelo regime de normalização das subjetividades. Logo, a possível binarização dessa ação política resvala diretamente em novas investidas violentas, hostis, ou melhor, LGBTfóbicas, já que existirá pessoas à margem dessa linha demarcatória e assimilacionista. O assimilacionismo é a estratégia utilizada pelos movimentos sociais e pela academia para que determinadas demandas sociais sejam aceitas e regulamentadas pelo Estado, como por exemplo o casamento ou reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo, adoção por casais homossexuais ou lésbicos, além de outras demandas. O assimilacionismo é uma resposta da sociedade em que já se permite a existência ou o reconhecimento de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, entretanto, sempre dentro do disposto, ordenado pelo regime de normalização. Para os estudos *queer*, esse regime é denominado de regime normativo da heterossexualidade e não dá conta de uma possível transformação social, já que, ter alguns assimilados socialmente, relegaria outras pessoas ao campo da abjeção.

A binarização fez surgir de um lado, como já dito, uma suposta maioria heterossexual e do outro uma minoria homossexual. O discurso minorizante, daí decorrente, ainda muito influenciado pelo discurso liberacionista, colocou em marcha o que se denominou de “essencialismo estratégico”, termo cunhado por Gaytri Spivak. Seria necessário uma “ontologização” de identidades a fim de unificar demandas e fortalecer a ação política. Trata-se da “adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas com meio para obtenção de direitos” (MISKOLCI, 2011, p. 66). Essa estratégia, que remonta a década de 1980, direcionou/direciona ainda a academia, o ativismo social e as políticas públicas apresentadas pelo Estado, já que é uma forma de mitigar a marginalidade das *sexualidades dissidentes* e promover o assimilacionismo destas pelo regime de normalização dos modos de subjetivação. Porém, como já visto, os estudos *queer* compreendem como escorregadia essa estratégia e direcionam críticas a essa política de assimilação ou de reconhecimento.



Para Berenice Bento (2015, p. 16) o “essencialismo estratégico não serve, não aponta para transformações nas estratificações de classe, raciais, sexuais e de gênero”. Uma possível unificação da agenda política para os grupos vulnerabilizados, minorizantes ou relegados não daria conta de uma possível reestruturação social, política e cultural. Ainda para ela, a formação de uma agenda política unificada significa:

(...) silenciar vozes, negar existências, em nome de uma suposta identidade coletiva. Talvez esqueçam que a tática discursiva (essencialismo estratégico) age em mão dupla: para libertar uma população oprimida é preciso produzir o outro como um portador de uma identidade essencial. Ou seja, se luta para mudar exclusivamente as posições dos termos da opressão (BENTO, 2015, p. 17).

Também no mesmo direcionamento crítico e na contramão do discurso “minorizante”, Preciado (2011) trabalha a ideia de uma multiplicidade de *anormais*, afastando por completo o ideal de um grupo identitário em que a unificação de demandas resulte em uma transformação social. Para Preciado (2011, p. 16) não há uma minoria sedenta por reconhecimento de direitos ou reconhecimento social e sim multidões *queer*, em que há “uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’”. Essa crítica dirigida ao liberalismo defendido pela maioria dos movimentos sociais é fulcral na tese de Preciado:

Quantos aos movimentos de liberação gays e lésbicos, uma vez que seu objetivo é a obtenção da igualdade de direitos e que se utilizam, para isso, de concepções fixas de identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante, favorecendo políticas familiares, tais como a reivindicação do direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio. É contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros têm reagido (PRECIADO, 2011, p. 18).

Desta forma e demonstrada as críticas feitas pela teoria *queer* ao regime de normalização das subjetividades, fica patente que a grande tese de Sedgwick (2007) demonstra que a saída do armário não dá conta de uma suposta liberação ou emancipação do regime regulatório, até porque a analítica foucaultiana deixa evidente que o poder é relacional, histórico e microfísico, não existindo um poder específico, local ou investido em uma só estrutura. Ao “assumir-se” o(a) sujeito(a) está se inserindo em mais uma rearticulação do que Foucault (1984) chamaria de “jogos de verdade”. “Ser gay nesse sistema é ficar sob as tutelas

radicalmente sobrepostas do discurso universalizante dos atos e do discurso minoritarizante das pessoas” (SEDGWICK, 2007, p. 47). O “sair do armário” está implicado diretamente com novos armários que o regime heterossexista tão bem articula. Serão necessárias novas estratégias para desmoronar os armários existentes. Logo, há de se concluir que não é possível sair do armário e, por oportuno, sair da norma e amanhecer em uma sociedade libertária e emancipada:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como *Wendy* em *Peter Pan*, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Mas esse direcionamento crítico não finda apenas na crítica. Os(as) teóricos(as) *queer* lançam luzes e apontam estratégias e ações políticas para transformação social. Os estudos *queer*, então, entram em cena na tentativa de problematizar o contexto da revelação, do assumir as sexualidades e/ou as identidades e passam a apontar para estilos de vida, modos de se relacionar e uma nova política em que haveria uma ação fincada na diferença: uma política pós-identitária, em que se apostaria não na “ontologização” das categorias sexuais e de gênero, mas em seres contingentes, fluídos, instáveis e cambiáveis.

3 Por uma política pós-identitária

Uma agenda política de demandas é direcionada ao Estado, principalmente nos países em que há uma expressiva atuação dos movimentos sociais LGBT e do ativismo *queer*, segundo Colling (2015). Ainda para Bento (2015), “os debates de maior visibilidade estão em torno do 1) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2) adoção, 3) a lei de identidade de gênero, 4) leis antidiscriminação”. Esse direcionamento de demandas ao Estado, na tentativa de deixar somente este com a incumbência de dar as diretrizes, gerenciar a ação política e promover direitos e garantias, pode se apresentar enquanto uma política escorregadia. Os trabalhos magistrais de Colling (2015), de Louro (2014; 2015) e Preciado (2011) sinalizam e apontam para uma política diversa da que se coloca por tanto tempo nessa luta de forças em que aparenta ter de um lado uma norma inquestionável e do outro uma legião de pessoas apelando assimilação a esta norma. É nessa direção crítica que a política pós-identitária se centra.

O dismantelamento do regime de verdade heterossexual proposto pela teoria *queer* encontra uma de suas grandes dificuldades ao tentar apostar em uma agenda assimilacionista, já que estaria fortalecendo o caráter positivo e normativo desse regime. Ao pleitear e direcionar ao Estado demandas de regulação, reconhecimento e leis antidiscriminação, uma legião de pessoas ficaria à margem, como Bento (2015) evidenciou. Pessoas que não se reconhecem ou não se identificam com tais pedidos. O “ficar à margem” não pode ser compreendido de modo que as pessoas vivenciem como uma escolha, em que os institutos legais demandados e/ou já oferecidos pelo Estado ou pelas legislações, ficam à disposição e as pessoas optem por colocar em prática ou não. Dito de outro modo, os(as) indivíduos(as) que optarem por não vivenciar esse regime de normalização não ficam à margem apenas por não escolher, mas sim são orquestrados(as) em local de vulnerabilidade, humilhação, abjeção e de violência. A violência homofóbica vai variar, então, conforme o nível de inserção no regime de normalização das subjetividades e de visibilidade. Ao se pleitear uma agenda de dispositivos legais e políticas públicas, como que um desdobramento lógico, os(as) sujeitos(as) devem se coadunar a esta agenda. A “não escolha”, então, surge como uma opção que não é segura e, inclusive, torna-se desaconselhável.

Socializar-se, portanto, costuma ser um processo marcado por formas muito violentas de recusa, em si mesmo, do que a sociedade quer evitar como “contaminante”, seja uma identidade de gênero diferente das mais conhecidas ou formas de desejo fora do modelo em voga (MISKOLCI, 2015, p. 43).

Acontece que essa crítica não pode ser - e não tem como ser - feita desconsiderando as estratégias que o regime de normalização encontra para controlar o caráter subversivo que os estudos *queer* apresentam. Spargo (2017, p. 46) alerta para essa problemática: “As críticas queer à normatividade não podem negligenciar a capacidade de os discursos e saberes dominantes se apropriarem da subversão e de contê-la”. Em outras palavras, o discurso hegemônico encontra formas ou, nas palavras de Foucault (1984), “estratégias” para normalizar até os(as) que não se encaixam dentro do tido como normal.

Louro (2014, p. 55) aponta, então, para o caráter de “centralidade” pelo qual as identidades sexuais são permeadas:

Entender dessa forma os efeitos dos vários “marcadores” sociais obriga-nos a rever uma das ideias mais assentadas nas teorias sociais críticas, isto é, a de que há uma categoria central, fundamental – consagradamente a classe social

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br

– que seria base para a compreensão de todas as contradições sociais. Se aceitarmos que os sujeitos se constituem em múltiplas identidades, ou se afirmamos que as identidades são sempre parciais, não unitárias, teremos dificuldade de apontar uma identidade explicativa universal. Diferentes situações mobilizam os sujeitos e os grupos de distintos modos provocam alianças e conflitos que nem sempre são passíveis de ser compreendidos a partir de um único móvel central, como antagonismo de classe.

Os estudos *queer*, assim, se lançam na tentativa de apontar novas perspectivas para transformação social e cultural a partir desta crítica. Por essa razão, essa teoria toma a denúncia realizada por Foucault (1988) da existência da sexualidade enquanto dispositivo histórico de poder - seu trabalho inacabado. Alicerça, para tanto, ao método desconstrutivista de Jacques Derrida em que este oferece estratégias desconstrutivistas do binarismo que rege a lógica ocidental, tendo em vista que para ele é necessário a existência de um(a) sujeito(a) referente que só passa a existir se houver outro(a) considerado oposto(a), ou melhor, inferior.

Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: esse é um pensamento que elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que estrategicamente revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. Desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma (LOURO, 2015, p. 43).

A desconstrução, então, é escolhida como método pelos(as) teóricos(as) *queer* a fim de desorganizar, desestabilizar o regime de normalização vigente que, no caso, é chamado por muitos de regime de heteronormatividade, conforme já dito. Esse método também ganhou mais eloquência com as indicações psicanalíticas feitas por Freud e por Lacan. O primeiro foi responsável por colocar em questão o(a) sujeito(a) racional, coerente e unificado(a), já que haveria o inconsciente e a vida psíquica (LOURO, 2015). O segundo, posteriormente, enxerga o(a) humano(a) como sujeito(a) contingente. “Longe de ser estável e coeso, esse é um sujeito dividido, que vive, constantemente, a inútil busca da completude” (LOURO, 2015, p. 41). Esse(a) mesmo(a) sujeito(a) é dado(a) a partir da linguagem oferecida e anterior a ele(a) e não como autônomo(a), vivendo independente da linguagem.

O que comum ou casualmente concebemos como “eu” é, na verdade, visto como uma ficção (ainda que séria) construída socialmente, como um produto da linguagem e de discursos específicos associados a divisões do saber. Eu

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br



posso acreditar que sou, de certo modo, essencial e singularmente eu mesma e que estou empenhada em um processo contínuo, e muitas vezes frustrante, de tentar expressar para os outros, por meio da linguagem, tanto a mim quanto a minhas intenções. Mas essa crença, esse senso de individualidade e autonomia é, em si, um construto social, e não um reconhecimento de um fato natural (SPARGO, 2017, p. 40).

É a partir desse esteio teórico que a teoria queer, bem como os Estudos Pós-Coloniais – outra vertente crítica –, se arquitetam para colocar em xeque os discursos hegemônicos. A teoria *queer* vai apostar na ação contestatária e subversiva que o diferente coloca diante do regime de normalização. E é por essa razão que parece problemática a ideia de diversidade cultural ou diversidade sexual. Uma política pós-identitária trabalha com o diferente. A ideia de diversidade sempre terá o outro como alguém a ser tolerado e respeitado. O quadro de referência – no caso aqui a heterossexualidade – não seria objeto de questionamentos, já que seria a partir desse ponto que se olharia o outro. Nesse aspecto, o diferente assume uma postura diversa da diversidade. Na visão de Miskolci (2015, p. 50), “tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceita-la”.

A tolerância advinda da diversidade é tida como uma suavidade na violência. A violência homofóbica é mitigada por ações políticas que trabalham com esse ideário, já que não se estaria abalando ou problematizando o ponto central que é o regime de normalização das subjetividades que organiza as sexualidades. Em outras palavras, o regime de verdade colocado em voga não seria alvo de desestabilização, tendo em vista que, ao olhar a sociedade como plural, multicultural ou diversa, se estaria olhando sempre a partir de um ponto de referência.

A diversidade trabalha com uma ideia de poder horizontal, por isso eu gosto do mote popular que define o multiculturalismo como “cada um no seu quadrado”, porque ele traduz, ironicamente, como isso visa a manter as relações de poder intocadas. Ao contrário, na perspectiva da diferença, reside a proposta de mudar as relações de poder (MISKOLCI, 2015, p. 51).

Por essa razão os estudos *queer* utilizam a analítica de poder foucaultiana na elaboração de suas críticas, considerando, principalmente, que o poder centralizado, alocado, objeto de domínio comum de uma esfera ou de um grupo não daria conta das problematizações que essa teoria propõe e, por conseguinte, não estaria objetivando transformações sociais. Ao tomar como objeto de problematização um poder centrado e

localizado – como a heterossexualidade, tão somente, e não as relações de poder e suas interseccionalidades – se estaria realocando os jogos de verdade e é bem possível que outras violências daí surgissem. Assim, a política pós-identitária vai apelar para a crítica diversa das pautas comumente defendidas pelo ativismo LGBT, pelas feministas essencialistas, pelo marxismo tradicional, além de outras agendas. Em síntese, Miskolci (2015, p. 52) apresenta como os estudos *queer* e outras linhas de pensamento comungam a ideia de um poder descentralizado e apostam em uma “reviravolta epistemológica”:

Na visão das correntes teóricas e políticas inspiradas pelas diferenças, é necessário compreender o processo de subalternização pra mudar a ordem hegemônica. Em outras palavras, elas releem e reatualizam o marxismo na vertente culturalizada do pensador italiano Antonio Gramsci. De forma geral, segundo Gramsci, a cultura hegemônica não é resultado de uma dominação coercitiva direta, mas, antes, o resultado de um contexto em que os próprios subalternizados apoiam os dominantes. A hegemonia é resultado da cumplicidade dos dominados com os valores que os subalternizam. Na perspectiva dos saberes subalternos – aqui compreendidos como o feminismo, a Teoria Queer e os Estudos Pós-coloniais –, devemos colocar em xeque a forma de criação do conhecimento atual, a epistemologia vigente, de forma a mostrar como seu poder e autoridade derivam não de sua neutralidade científica, mas sim de seu comprometimento com o poder.

Preciado (2011) também comunga desse pensamento ao mostrar escorregadio o movimento de liberação gay e lésbico atrelado a uma suposta identidade. Para Preciado (2011, p. 17) a ação política não merece necessariamente estar vinculada a identidades, já que “a concepção fixa de identidade sexual, contribuem para a normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante”. Conforme já visto e com esteio no pensamento de Sedgwick (2007), a liberação por uma via de identidade essencializada gay e lésbica estaria fortemente influenciada por demandas centradas pelo regime de normalização das sexualidades, apoiada pelo ideal que tem a família como parâmetro, utilizando-se, assim, seus dispositivos, como o “casamento, adoção e a transmissão de patrimônio” (PRECIADO, 2011, p. 17).

É contra esse essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgêneros têm reagido. Algumas vozes se levantam para questionar a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política e para opor uma proliferação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas, de deficientes) (PRECIADO, 2011, p. 18).

E é com base nessa visão que os(as) teóricos(as) *queer* – Louro (2014; 2015), Spargo (2017) e Miskolci (2015) - propõem uma política diversa de uma política que tenha a formação identitária como saída. O apelo por uma formação identitária fixa e talvez até essencializada, reinscreveria novos(as) indivíduos(as) em situações e locais de violência. “A afirmação da identidade implica sempre demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença” (LOURO, 2015, p. 47).

É por essa razão que Preciado (2011, p. 18) propõe - diversamente do discurso minorizante - que há uma legião de pessoas estranhas ao regime de normalização: multidões *queer*.

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política (PRECIADO, 2011, p. 18).

A formação de uma subjetividade, atrelada à sexualidade e construindo uma identidade estática e essencializada é alvo de críticas. Assim, até mesmo uma identidade supostamente gay ou lésbica em paralelo à identidade heterossexual resvalando em um binômio não conseguiria dar conta das metas objetivadas pelos(as) *queer*. Dito de outro modo, o binômio hétero(a)/homossexual não abarcaria a poliforma e a pluralidade em que as práticas sociais estão envolvidas.

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (LOURO, 2015, p. 47).

Uma das estratégias propostas pela política pós-identitária é apostar em uma pedagogia *queer* ou um “aprendizado pelas diferenças”. Acredita-se que a educação é uma porta de entrada da política normalizadora em que as práticas sociais, os modos de se relacionar, a postura diante do outro, as sexualidades e as identidades são gerenciadas. Essa prática normalizadora é provavelmente uma das responsáveis pela reiteração das desigualdades e das violências. Por pensar que “o processo educativo e a reprodução social

estão intrinsecamente ligados” (MISKOLCI, 2015, p. 56), Miskolci propõe uma educação não normalizadora enquanto uma possível prática da ação pós-identitária. O autor deixa evidenciado como historicamente a educação foi utilizada para colocar em marcha o processo de normalização das subjetividades e das sexualidades, tomando as práticas humilhantes, violentas e abjetas como referência. A idealização de uma sociedade branca, jovem, heterossexual e masculina acompanhou o modelo europeu, e “esses interesses foram marcados por um ideal de nossas elites políticas, intelectuais e econômicas de criar uma ‘civilização nos trópicos’, uma nação à semelhança dos modelos europeus ou norte-americanos” (MISKOLCI, 2015, p. 58).

É nesse sentido que Miskolci (2015), nas linhas de raciocínio de Bento (2011), aposta que a educação pela diferença deve ser feita através da problematização da matéria dada. Não deve, pois, ser passado o conteúdo apenas com objetivo de reproduzir e assimilar, aos moldes de uma educação bancária, como Paulo Freire denunciou, e sim na percepção dos(as) educandos(as) em seus *locus*, modos de vida e de socialização. Por essa razão os estudos *queer* assumem uma perspectiva interdisciplinar, já que neste exemplo tem-se a junção de duas áreas de conhecimento: sociologia e educação. Logo,

(...) caberia um exercício de desenhar a mais próxima de cada um dos estudantes em todas as suas particularidades no que toca a diferenças socioeconômicas, números de pessoas sob o mesmo teto, raça, religião, identidade de gênero, configurações amorosas (MISKOLCI, 2015, p. 57).

A aposta em um aprendizado pelas diferenças se centra na crítica dos modelos já tão bem delineados e testados pelos(as) teóricos(as) da educação, da sociologia, além de outras áreas de conhecimento. Uma produção de saberes arquitetada a partir da problematização, ou melhor, uma mudança na elaboração desses saberes, em que o(a) outro(a) seja reconhecido em sua total diferença é o que a lógica pós-identitária também procura centrar.

O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador (MISKOLCI, 2015, p. 55).

Por fim, a ação política proposta por Preciado (2011), que tem as multidões *queer* como base, é edificada na contramão da produção dos saberes e das ciências. Colocar em questão o regime de normalização é também provocar uma reviravolta epistemológica. A crítica, então, é dirigida também para essa produção do conhecimento. As sexualidades há muito tempo deixaram de ser somente práticas sexuais e começaram a gerir vidas, denotando relações de poder, como já visto. A política pós-identitária se afirma no discurso das multidões de diferentes.

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência (PRECIADO, 2011, p. 18).

Em suma, a política pós-identitária centra seus esforços na tentativa de: a) propor um aprendizado pelas diferenças, em que sua ação política não se firme em outras identidades e sim em multidões de diferentes – já que ao defender identidades essencializadas estaria paralelamente retroalimentando a violência homofóbica, que tomaria novos contornos; b) deixar evidenciado que as sexualidades são geridas por relações de poder e, por conseguinte, geradoras de violência; c) romper com a lógica binária e desconstruir o regime de normalização, conforme Louro (2015, p. 46-47) afirma:

É necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutivista permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença.

Conforme Bento (2015, p. 14) já anunciou “o giro decolonial transviado está em pleno curso” e é neste sentido que o presente artigo vai: seja na contramão dos discursos normalizadores e de normatização - tendo em vista que esses são elaborados a partir da ideia do normal; seja na colocação em voga de um projeto futuro, assumindo os riscos das problematizações e do desconhecido. A perspectiva pós-identitária, ou os estudos *queer*, estão

aí para tentar emergir e desconstruir esse imenso bloco de gelo identitário e essencialista que há tanto tempo comanda a política, a cultura, a economia, ou melhor, a forma de vida e de viver.

Por fim, a hostilidade e a violência já foi bem mais desconhecida e seus elementos formadores transitaram/transitam por diversas ideologias, saberes e discursos. Entretanto hoje já se consegue identificar essas investidas com mais clareza. Afinal, as vozes silenciadas, os corpos abjetos, os desejos reprimidos, os afetos violentados, as identidades subversivas, as multidões *queer* existem e contestam a todo tempo.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer** / Leandro Colling. - Salvador : EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer** / Leandro Colling. - Salvador : EDUFBA, 2015. 268 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. 1926 – 1984. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 25º. Ed. – São Paulo: Graal, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro. 16. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**/Guacira Lopes Louro – 2. Ed.- Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer In SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** / Richard Miskolci – 2. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução Cleiton Zóia Munchow e Viviane Teixeira Silveira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1):312, janeiro-abril/2011.



SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In **Cadernos Pagu**. Dossiê: Quereres, (28), janeiro-junho de 2007.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**; tradução Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.